



TERMO DE APROVAÇÃO DO PGRS

Nº do documento	Data de emissão	Data de validade
PGR2020031241	23/10/20 09:08	23/10/2025
Dados do proprietário do empreendimento		
Concedido a	CNPJ/CPF	
LIMP TUDO SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	03.825.354/0004-06	
Dados do Empreendimento		
Inscrição IPTU	Endereço (Conforme IPTU indicado)	
284410-9		
Atividade Principal		
COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS		
Representante Legal		
CPF	Nome	
205.232.891-20	CELIA IMACULADA LARA PEREIRA	

Manejo de Resíduos

Classificação	Especificação	Volume (L/dia ou unidade)	Forma de Acondicionamento	Forma de Armazenamento	Transporte Externo	Tratamento	Destinação/ Disposição Final
CLASSE II	A099 - Outros resíduos não perigosos	20.0	Acondicionamento em conformidade com as características e volume do resíduo gerado.	Armazenamento em conformidade com as características e volume do resíduo gerado.	LIMP TUDO SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E CONSERVAÇÃO LTDA	Não se aplica	Destinação/Disposição final em conformidade com as características do resíduo gerado, normas e legislações vigentes.
CLASSE II	Resíduos de varrição	10.0	Coletores e/ou sacos plásticos impermeáveis	Armazenamento em conformidade com as características e volume do resíduo gerado.	LIMP TUDO SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E CONSERVAÇÃO LTDA	Não se aplica	Aterro Sanitário Classe II

Observações

- Responsável pela Elaboração do Plano (pessoa logada): MARK AUGUSTO LARA PEREIRA / CPF: 213.085.088-08 / Nº Registro Profissional: 0601092260
- Responsável pelo Gerenciamento dos Resíduos no Estabelecimento: MARK AUGUSTO LARA PEREIRA / CPF: 213.085.088-08 / Cargo ou Função: GEOLOGO - ESPECIALISTA EM GESTAO AMBIENTAL URBANA - MESTRANDO EM GEOLGOIA AMBIENTAL

03. Nº da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou documento equivalente: CE20200701867

CONDICIONANTES:

- O Termo de Aprovação do PGRS deverá permanecer no empreendimento e acessível à fiscalização, assim como: Relatórios Anuais de Automonitoramento dos resíduos gerados no estabelecimento, declarações e contratos das empresas responsáveis pela coleta dos resíduos, MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) e demais documentação que comprove a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;
- Proceder à baixa nos Auto de Constatação ou Infração em aberto, caso exista;
- Cumprir a legislação ambiental vigente no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- Deverá cumprir rigorosamente as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos conforme Lei Municipal nº 8.408/1999 alterada pela Lei Municipal nº 10.340/2015 e demais legislações e NBRs referentes a resíduos sólidos;
- Cumprir a legislação ambiental vigente no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- Caso a empresa gere resíduos perigosos, deverão estar disponíveis à fiscalização as fichas técnicas que os caracterizem como tal, a fim de orientar quanto às condições de acondicionamento, armazenamento e destinação final ambientalmente adequada;
- Em hipótese alguma, os resíduos perigosos devem ser armazenados juntamente com os resíduos não perigosos;
- O estabelecimento que possua Plano de Gerenciamento de Resíduos sob sua responsabilidade, deverá ofertar cursos de capacitação e treinamento de forma continuada, referente ao gerenciamento de resíduos;
- O empreendimento é passível de fiscalização e monitoramento pelo Órgão competente;
- Requerer novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ao final da validade deste Termo de Aprovação do PGRS.

LEI FEDERAL Nº 9605/1998 C/C DECRETO FEDERAL Nº 6514/2008

“Art. 69-A da Lei Federal nº 9605/1998: Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão (Incluído pela Lei nº 11.284 de 2006): Pena – Reclusão, de 3(três) a 6(seis) anos, e multa”;

“Art.82 do Decreto Federal nº 6514/2008: Elaborar ou apresentar informação, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)”.

DECRETO LEI 2848/40 – CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.





Prefeitura de
Fortaleza

Prefeitura Municipal de Fortaleza
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGRS

Nº INSCRIÇÃO: PGR2020031241

DATA EMISSÃO: 23/10/2020

INFORMAÇÕES GERAIS DO GERADOR DE RESÍDUOS

Nome/Razão Social: LIMP TUDO SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

CNPJ/CPF: 03.825.354/0004-06

Atividade principal: COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

Endereço:

Nº. 0

Bairro:

Complemento:

IPTU:

284410-9

Contato 1:

(85)98885-9140

Contato 2:

(85)32609-140

Email: adm@limptudo.com

Responsável legal: CELIA IMACULADA LARA PEREIRA

CPF: 205.232.891-20

Contato: (85)32609-140

Email: ADM@LIMPTUDO.COM

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO

Nome: MARK AUGUSTO LARA PEREIRA

CPF: 213.085.088-08

Contato: (85)3260-9140

(85)98885-9140

Email: marklara2@hotmail.com

Nº Registro Profissional: 0601092260

Formação Profissional: GEÓLOGO

RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS NO ESTABELECIMENTO

Nome: MARK AUGUSTO LARA PEREIRA

CPF: 213.085.088-08

Cargo ou Função: GEOLOGO - ESPECIALISTA EM

Contato: (85)3260-9140

(85)98885-9140

Email: marklara2@hotmail.com

MANEJO DOS RESÍDUOS A SEREM GERADOS DEVEM SER REALIZADOS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL E AS NORMAS TÉCNICAS FEDERAIS VIGENTES

Classificação dos Resíduos	Especificação	Quantidade (L/dia ou unidade)	Forma de acondicionamento	Forma de armazenamento	Transporte externo	Tratamento	Destinação/disposição final dos resíduos

Classificação dos Resíduos	Especificação	Quantidade (L/dia ou unidade)	Forma de acondicionamento	Forma de armazenamento	Transporte externo	Tratamento	Destinação/disposição final dos resíduos
CLASSE II	A099 - Outros resíduos não perigosos	20.0	Acondicionamento em conformidade com as características e volume do resíduo gerado.	Armazenamento em conformidade com as características e volume do resíduo gerado.	LIMPTUDO SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E CONSERVAÇÃO LTDA	Não se aplica	Destinação/Disposição final em conformidade com as características do resíduo gerado, normas e legislações vigentes.
CLASSE II	Resíduos de varrição	10.0	Coletores e/ou sacos plásticos impermeáveis	Armazenamento em conformidade com as características e volume do resíduo gerado.	LIMPTUDO SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E CONSERVAÇÃO LTDA	Não se aplica	Aterro Sanitário Classe II

AÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS A SEREM EXECUTADAS							
Ações a serem realizadas						Data de início	Data da conclusão
IMPLANTAÇÃO DE LIXEIRAS						22/10/2020	21/11/2020
CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS						22/10/2020	21/11/2020
COLETA EXTERNA						22/10/2020	06/11/2020
METAS E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À MINIMIZAÇÃO, À REUTILIZAÇÃO E À RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS							
EMPRESA DE PEQUENO PORTE , COM PRODUÇÃO DE RESÍDUOS INFERIOR A 30 LITROS DIA (RESÍDUOS DE ESCRITÓRIO E 01 BANHEIRO) POREM DISPÕEM DE RECIPIENTES PARA ACONDICIONAMENTO DOS MESMOS, ONDE SÃO DISPOSTOS NA COLETA PUBLICA ,NOS DIAS PROGRAMADOS.							
OBSERVAÇÕES							
O estabelecimento oferta cursos de capacitação e treinamento de forma continuada, referente ao gerenciamento de resíduos ministrados por profissional devidamente habilitado periodicamente. O estabelecimento deixa disponível à fiscalização a documentação que comprove a oferta dos cursos de capacitação e treinamento devidamente assinada por profissional habilitado, conforme art. 7º, §2º do Decreto Municipal nº 13.732 de 28 de dezembro de 2015.							
ANEXOS							

DESCRIÇÃO FOTOS RECIPIENTES / CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO
Recipientes em fase de aquisição conforme cronograma:
DESCRIÇÃO FOTOS ABRIGOS / CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO
Abrigo em construção conforme cronograma / Abrigo em fase de adequação conforme cronograma:

As pessoas físicas e/ou jurídicas descritas neste PGRS declaram que as informações acima são verdadeiras, sob pena de responder pelo Art.299 do Código Penal – "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante – Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"; Art. 69-A da Lei Federal nº 9605/1998 - "Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão (Incluído pela Lei nº 11.284 de 2006)"; Art.82 do Decreto Federal nº 6514/2008 - "Elaborar ou apresentar informação, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)";e Art. 15, inc. III da Lei Municipal Nº 8.408/1999, alterada pela Lei Nº 10.340/2015 – "prestar informação errônea ou omitir circunstância, objetivando se eximir do cumprimento de obrigação descrita em lei ou em regulamento quando da elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: Multa e embargo ou suspensão do cadastro técnico municipal".

Declaram, também, estar cientes de que o estabelecimento ficará passível de fiscalização municipal para confirmação das informações acima descritas.